



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024**

META-ANÁLISE DOS MULTIPLICADORES FISCAIS NO BRASIL

Karen Gonçalves de Macedo¹; Rosembergue Valverde²; Cleiton Silva de Jesus³

1. Bolsista – Modalidade Bolsa/FAPESB, Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: karen.g.macedo.jobs@gmail.com;
2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: rosemberguevalverde@uefs.br;
3. Coorientador, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: csj@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Multiplicadores fiscais keynesianos; Meta-análise; Gastos do governo.

INTRODUÇÃO

Desde 2008, com a política monetária enfrentando limitações (AKERLOF et al. 2016), os governos adotaram estímulos fiscais para evitar uma nova Grande Depressão, o que levou ao aumento da dívida pública. No Brasil, diversas pesquisas desde 2009 analisaram os impactos dos multiplicadores fiscais (MFs) com diferentes metodologias. Busato e Martins (2022) revisaram estudos entre 2009 e 2021 para entender os efeitos da política fiscal no país, enquanto o artigo atual foca em trabalhos empíricos recentes (2022-2023) para verificar a validade dos MFs. Internacionalmente, estudos indicam que os multiplicadores tendem a ser mais eficazes durante crises, mas que altos níveis de dívida pública podem comprometer sua eficácia, especialmente em momentos de baixa confiança no mercado (CORSETTI; MEIER; BAUM; POPLAWSKI-RIBEIRO; WEBER, 2012).

METODOLOGIA

Este trabalho busca sintetizar os impactos dos multiplicadores fiscais (MFs) no Brasil, adotando a meta-análise. Essa é uma revisão sistemática da literatura e é o procedimento central deste estudo. Ela reúne estudos sobre os MFs no Brasil, minimizando vieses e aumentando a objetividade. A meta-análise segue sete etapas: desde a identificação do problema de pesquisa até a apresentação dos resultados (FIGUEIREDO FILHO et al, 2014).

Neste trabalho, os critérios para seleção dos estudos incluíram testar modelos empíricos dos multiplicadores fiscais keynesianos e limitar a abrangência a nível nacional, visando sintetizar os resultados de forma clara e consistente.

Quadro 1. Síntese da literatura empírica sobre os MFs no Brasil entre 2022 e 2023

Síntese dos multiplicadores fiscais no Brasil (2022 e 2023)				
Ano	Autor(es)	Período	Método	Resultado
2022	SANCHES, M.; CARVALHO, L.	1997 - 2018	SVAR	$\Delta BS \rightarrow \Delta PIB(+)$ $\alpha_{BS} = 2,914$ $\alpha_{BS}^* = 1,9$
2022	ATTÍLIO, L. A.	1980 - 2019	GVAR	$\Delta G \rightarrow \Delta PIB(X)^*$ $\alpha_G \approx 0$
2022	ABREU, T.; LIMA, E.	2003 - 2016	SVAR	$\Delta G \rightarrow \Delta PIB(+)$ $\alpha_G = 0,28$
2022	ALVES, V.; RODRIGUES, R.; SILVA JUNIOR, G.	1997 - 2018	SVAR e MS-VAR	$\Delta Ipúb \rightarrow \Delta PIB(-)$ $\alpha_{Ipúb} = -0,62$
2023	MELLO, A.	1997 - 2019	SVAR	$\Delta G \rightarrow \Delta PIB(+)$ $\alpha_G = 0,56$
2023	ABREU, T.	2015 - 2018	DSGE	$\Delta Cred. \rightarrow \Delta PIB(+)$ $\alpha_{Cred} = 0,16$ $\Delta Cred. Direc. \rightarrow \Delta PIB(+)$ $\alpha_{Cred. Direc.} = 0,17$
2023	FERREIRA FILHO, H.	2008 - 2022	IRF + <i>dummies</i>	Modelo 1: $\Delta Ipúb \rightarrow PIB(+)$ $\alpha_{Ipúb} = [0,25; 0,23]$ Modelo 2: $\Delta Ipúb \rightarrow PIB(+)$ $\alpha_{Ipúb} = [0,59; 0,49]$ Modelo 3: $\Delta Ipúb \rightarrow PIB(+)$ $\alpha_{Ipúb} = [0,33; 0,30]$

Elaboração própria. Baseado em Busato e Norberto (2021). α_{BS}^* diz respeito aos benefícios sociais pré-crise.
Obs: (X) indica impacto neutro.

Com base no quadro 1, foram analisados 7 artigos realizados entre o período de 2022 e 2023. Não foram selecionados artigos dos anos anteriores pois é possível encontrá-los na tese de doutorado de Busato e Martins¹.

¹ Para mais detalhes ver BUSATO, M. I; MARTINS, N. M. Multiplicadores fiscais no Brasil: entre consensos e dissensos. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

RESULTADO

O artigo analisa estudos recentes sobre os multiplicadores fiscais (MFs) no Brasil, destacando consensos e dissensos. Dois estudos que usaram o modelo SVAR (Abreu e Lima, 2022; De Mello, 2023) encontraram resultados positivos de 0,28 e 0,56 em relação aos gastos do governo. Por outro lado, o estudo de Atílio (2022), com uma metodologia diferente (GVAR), apontou impacto neutro, indicando que os gastos não trazem retorno ao governo.

O impacto dos benefícios sociais foi analisado por Sanches e Carvalho (2022), com resultados de 1,9 no período pré-crise e 2,91 no pós-crise, revelando efeitos positivos consideráveis. Já o estudo de Abreu (2023) sobre crédito encontrou resultados inferiores, com uma média de retorno de 0,165. Estudos sobre investimento público apresentaram variação, com um estudo indicando um prejuízo de -0,62, enquanto outro estimou um retorno positivo de até 0,59.

A análise conclui que não há unanimidade sobre os MFs no Brasil, mas os dados indicam uma média aritmética de 0,54, com os benefícios sociais desempenhando um papel importante na redução de prejuízos. A austeridade fiscal é recomendada em geral, embora o aumento de gastos sociais seja justificado em tempos de crise, devido ao impacto positivo sobre o consumo e a economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos estudos empíricos realizados entre 2022 e 2023 mostra que os multiplicadores fiscais no Brasil, em média, geram impactos proporcionalmente menores, com um retorno de 0,54 por unidade monetária aplicada. Apesar de variações entre 0,16 e 0,59, um estudo apresentou um valor significativo de 2,91 relacionado a benefícios sociais pós-crise de 2016. O estudo contribui ao tema por abordar os multiplicadores após a retomada econômica pós-Covid.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. 2023. O Impacto do Subsídio de Crédito no Ciclo Econômico e na Eficiência das Políticas Macroeconômicas no Brasil. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Tese.

ABREU, T.; LIMA, E. 2022. Multiplicadores fiscais no Brasil identificados com restrições de sinais e de zeros. *Nova Economia*. v.32 n.3 p.647-685.

ALVES, V.; RODRIGUES, R.; SILVA JUNIOR, G. 2022. Multiplicadores fiscais, endividamento público e ciclo econômico: abordagens SVAR e MS-VAR para a economia brasileira no período 1997-2018. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 3 (76), p. 795-822.

AKERLOF, G. et al. 2016. *O que nós aprendemos? A política macroeconômica no pós-crise*. Rio de Janeiro: Altabooks, p. 143-183.

ATTÍLIO, L. A. 2022. Estudo da política fiscal do Brasil: Análise empírica com o GVAR (1980–2019). Repositório FGV de Periódicos e Revistas. *Revista Brasileira de Economia*. v. 76 n. 4.

BAUM A.; POPLAWSKI-RIBEIRO, M.; WEBER, A. 2012. Fiscal Multipliers and the State of the Economy. *IMF Working Paper No. 12/286*.

BUSATO, M. I.; MARTINS, N. 2022. Multiplicadores fiscais no Brasil: entre consensos e dissensos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese.

CORSETTI, G.; MEIER, A.; Müller, G. J. 2012. What Determines Government Spending Multipliers?. *Economic Policy*, 27(72), p. 521-565.

FERREIRA FILHO, H. 2023. Sustentabilidade da dívida pública, regras fiscais e multiplicadores : teoria, experiência internacional e o caso brasileiro. Universidade de Brasília, Tese.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. 2014. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2.

MELLO, A. 2023 Efeitos dos choques fiscais no Brasil - Reprodução do artigo “What are the Effects of the Fiscal Policy Shocks?” de Andrew Mountford e Harald Uhlig, para dados da economia brasileira entre 1997 e 2019. FGV EESP.

SANCHES, M.; CARVALHO, L. 2022. A contribuição da política fiscal para a crise brasileira de 2015-2016: uma análise baseada em multiplicadores de despesas e receitas primárias do governo central no período 1997-2018. *Nova Economia*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 07-36.